

SOBRE VIVER

Os diferentes corpos e a cidade

ON LIVING

The different bodies and the city

**Terezinha de Oliveira Buchebuan¹, Luiza Signori²,
Manuela Rettore³ e Maurício Rossini dos Santos⁴**

Resumo

Buscar um urbanismo incorporado que reconheça os muitos sujeitos que habitam o espaço é quebrar o consenso do espetáculo urbano. No conjunto de forças que definem as localizações na cidade, são os grupos sociais excluídos que, na escassez, resistem ao se apropriar do espaço, tempo, obra e festa. Resistir é tensionar através do corpo. É desviar do esperado. O presente trabalho, a partir de outros autores, reflete sobre o papel de arquitetas(os) e urbanistas na (trans)formação dos espaços do cotidiano. Chama atenção a necessidade de uma forma de atuar mais sensível aos conflitos e as diferentes formas de viver a urbanidade. Olhar para as muitas cidades dentro de uma, observar os movimentos ordinários e os espaços *menores* dos praticantes de cidade é não deixar apagar o protagonismo das comunidades, vilas e favelas. Conclui-se que é no olhar atento às complexidades da vida que poderemos encontrar caminho para uma cidade outra.

Palavras-chave: cidade, escalas, agentes urbanos, corpo-território.

Abstract

To seek incorporated urbanism that recognizes the multiple subjects inhabiting space is to tear the urban consensus spectacle apart. In the set of forces defining locations in the city, the excluded social groups are those who, under lack, resist while appropriating themselves of space, time, construction and party. To resist is to tension through the body, to deviate from the expected. The present paper stems from other authors to reflect about architect's and urbanist's role in the transformation of daily spaces. It calls attention to a more sensitive way of acting towards conflicts and different ways of living urbanity. To see the many cities that are inside one, to observe the city's practitioner's ordinary movements and their smaller spaces is not letting the communities, villages and favelas protagonism be erased. Therefore, it is in the watchful eye towards life complexities that we can find the way to (an)other city.

Keywords: city, scales, urban agents, body-territory.

Percursos: corpo, casa, comunidade, cidade

O pé no chão e o corpo em movimento. Da comunidade à cidade há um percurso. O percurso a pé pode se dar até o carro na garagem, até a parada de ônibus depois de subir um morro sem pavimentação com a sacola e o filho nos braços, ou, até o trabalho se o dinheiro para o ônibus faltar. No percurso gasta-se, além do recurso financeiro, tempo. Quanto mais longe se está, mais tempo se tira do seu próprio tempo. As faltas já não são apenas de ordem prática: não se nota somente a falta do espaço de lazer, falta também o tempo para o lazer. Reflexo do sujeito que produtor torna-se produto da cidade. Sobreviver a essas faltas é resistência.

A partir do *menor*, do corpo político, que nas comunidades vulnerabilizadas adquire características de cidade pequena pela sociabilidade, é que se forjam resistências. Valor coletivo, sentimento de pertencer pautado pelas relações afetivas. Nesses territórios há cuidado, acalento e proteção.

Para além das relações comunitárias, quando se avança da escala da comunidade para a cidade os tensionamentos trazem à superfície o invisível, nesse sentido, a arte pode ser aliada do corpo político ao denunciar as inverdades do *belo* e da *ordem*. Ao subverter as funções espaciais propostas pelo planejamento urbano, denuncia a ideia de consenso ilusória sobre os valores hegemônicos. Jacques (2010) vai chamar essas práticas de micro-resistências.

Pensamos que o presente texto, que se trata de uma revisão bibliográfica e concilia o pensamento de autores de diferentes campos do conhecimento e em diferentes tempos, também pode ser entendido como uma micro-resistência e, nesse sentido, ousamos propor como objetivo refletir sobre o papel de arquitetas(os) e urbanistas na formação e transformação dos espaços do cotidiano. Essa abordagem é feita a partir de escalas — lugares que os corpos habitam — e das posições dos diferentes agentes que formam, conformam e transformam as cidades, independentemente de seu porte, sejam elas grandes, médias ou pequenas, evidenciando as singularidades dos movimentos ordinários e os espaços *menores* dos praticantes de cidade.

Escalas: o lugar dos corpos na cidade

O sujeito que empresta a técnica e constrói, nem sempre pode fazer uso do produto do seu trabalho. A cidade invisibiliza os processos e os produtores. Fora do seu lugar — onde seus afetos afloram — sua obra é visível, mas o sujeito se dilui na paisagem. Os corpos lentos — ou os homens lentos (SANTOS, 1994) — aos quais as fabulações da cidade não passam de algo distante são capazes de compreender de maneira mais eficaz o território — ainda que de maneira simplificada, o espaço definido por e a partir de relações de poder — que constroem e que os constrói.

Assim, é prudente restabelecermos nossas relações com as pessoas que habitam os lugares — lugar aqui entendido como o espaço vivido, percebido a partir da experiência do corpo — para sua melhor compreensão, ou corremos o risco de pensarmos a sociedade apartada do lugar, *a-espacializada* e um lugar sem pessoas, onde as relações entre os lugares não são, senão e apenas técnicas (NOGUEIRA, 2014, p. 40). É preciso que nossas reflexões, antes de mirar no mundo e em sua complexidade atentem para o olhar de quem habita os lugares e territórios para aí sim olharmos para o todo que é construído cotidianamente por essa dialética entre os corpos e os lugares (NOGUEIRA, 2014, p. 24).

1 Mestra em Letras e Cultura, docente e Coordenadora do TaliesEM – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Caxias do Sul.

2 Mestranda no Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR/ UFRGS; Voluntária no TaliesEM – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Caxias do Sul.

3 Aluna especial no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – FAU/ USP; Voluntária no TaliesEM – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Caxias do Sul.

4 Mestrando no Programa de Pós-graduação em Geografia – POSGea/ UFRGS.

Portanto, algumas escalas de análise nos parecem importantes ao pensar o papel de arquitetas(os) e urbanistas na leitura do espaço social e na atuação sobre o espaço. Haesbaert, ao relacionar corpo e território — entendendo o território como espaço de vida e o corpo, ele próprio, como território (HAESBAERT, 2020, p. 48) — faz com que pensemos as comunidades, vilas e favelas a partir desse corpo-território.

Segundo Quijano:

Na exploração, é o “corpo” que é usado e consumido no trabalho e, na maior parte do mundo, na pobreza, na fome, na má nutrição, na doença. É o “corpo” o implicado no castigo, na repressão, nas torturas e nos massacres durante as lutas contra os exploradores (2010, p. 126).

Em outras palavras, é o corpo que se relaciona com o espaço, é influenciado e influencia as relações sociais e de poder que se apresentam no espaço urbano. Pois, como escreve Lefebvre “[...] cada corpo vivo é um espaço e tem seu espaço: ele se produz no espaço e produz o espaço” (1986[1974], p. 199).

Nos parece prudente portanto, que se pense a cidade a partir do corpo (corpo-território) e da sua relação com o objeto casa (nanoterritório), pois como afirma Souza (2016) chegar ao nível *microlocal* não é suficiente; já que, desse modo, o *intraurbano* segue sendo “apreendido excessivamente *do alto, de cima*” (p. 200-201). Nas palavras do autor “bate-se à porta, mas não se adentra a casa” (SOUZA, 2007, p. 111). O objeto casa, por sua vez, se relaciona com uma escala de vizinhança — o que Souza (2016) vai chamar de *microlocal* — e ombro a ombro, limite a limite de terra, lote a lote, quarteirão a quarteirão, rua a rua, as relações de comunidade vão se formando e transformando-a. É nessa escala de vizinhança que os laços comunitários se estreitam e se potencializa a ação coletiva, através das lutas pela terra e pelas condições necessárias para a dignidade humana. Na sua comunidade é onde espaço, técnica e tempo criam sentido e impulsionam a busca por melhores condições de vida e bem-estar. Aqui a autoconstrução pressupõe apropriação. O produtor usufrui da sua obra, é parte.

É nos percursos pela comunidade, escala *microlocal*, que os corpos se tornam visíveis. As necessidades do sujeito não são apenas suas: tornam-se coletivas e podem ser divididas e cuidadas pelas relações de vizinhança. Nessa escala há troca de afetos, de saberes e de experiências. Nessa escala a participação política tem maiores possibilidades de acontecer de forma direta, a partir de associações de moradores, plenárias e assembléias (SOUZA, 2016, p. 204). Nesse sentido, são nesses encontros e na busca pelos seus direitos que os sujeitos protestam pela sua visibilidade. Já no percurso entre comunidade e cidade — que para Souza (2016) trata da escala *mesolocal* — o sujeito vai perdendo visibilidade, seus vínculos de afeto vão enfraquecendo e ele vai sendo visto mais como produto do que produtor, mais como objeto do que agente.

Corpo. Casa. Comunidade. Cidade. É na perspectiva desses fluxos que a(o) arquiteta(o) deveria trabalhar. Na melhoria das condições da casa, que abriga um ou muitos corpos, e de seu entorno. Entre comunidade e cidade na luta pela visibilidade dos corpos que realmente fazem a cidade. Os fluxos se dão pelas ruas, pelos atalhos e também pela possibilidade de garantir acesso à arte, à cultura e à educação. O objetivo desse ir e vir é que a comunidade se reconheça pelo valor da luta pela terra e pela melhoria das condições de vida, mas também pela constituição de uma identidade forte, forjada na resistência, e tendo a cultura no plano do embate simbólico como aliada no processo de permanência no território. É identificar o seu patrimônio, o que diferencia e representa a comunidade, potencializando e valorizando essa força para além da comunidade. Talvez aí esteja uma possibilidade de fazer voltar, aos poucos, o sentido da obra, da

apropriação. Nessa perspectiva, profissionais, dentre eles arquitetas(os) e urbanistas, podem se tornar parte desse processo.

As relações estruturais, essas fixas, são ameaçadas, rompidas pelos fluxos? Ainda é uma incógnita, cabe às arquitetas(os) e urbanistas e a demais profissionais aliados às comunidades, unirem-se nessa perspectiva. Olhares diferentes para realidades distintas, uma possibilidade de que essa atuação se amplie para a mesoescala, para um desenho que possibilite a apropriação da cidade pelos diferentes corpos-territórios. Assim, entendemos ser pertinente conhecer a posição que cada um ocupa nesse jogo complexo.

Agentes: a posição dos corpos na cidade

Aqueles pés que sobem o morro com a criança nos braços em busca do transporte coletivo, aqueles pés que se deslocam até o trabalho distante não são os mesmos pés que desenham esses percursos para a cidade e na cidade. Não são os pés de quem financia a construção desses desenhos. Não são os pés de quem regula o solo urbano. São, sim, os pés dos produtores, que nem sempre usufruem da sua obra.

O conjunto dos diferentes corpos que se cruzam na cidade são os agentes modeladores do espaço urbano: os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos. Portanto, o espaço urbano é produto da ação humana, sendo que a cidade capitalista contemporânea apresenta uma organização espacial desigual e mutável. Na cidade atua um conjunto de forças que define as localizações das atividades e da população (CORRÊA, 1999).

Villaça (2001) reforça essa ideia destacando que a segregação socioespacial é um mecanismo necessário ao controle da produção e consumo das localizações pela classe dominante e que os tempos de deslocamentos — de informações, de mercadorias, capital ou mesmo dos corpos — são determinantes nessas vantagens locacionais. Assim, as classes dominantes elegem seus locais de moradia, cabendo aos pobres, quase sempre as periferias. Partes da cidade que refletem a tamanha desigualdade e que são cotidianamente desconsideradas ou consideradas parcialmente no planejamento e na atuação do setor público.

No jogo da produção do espaço urbano o Estado dispõe de um conjunto de instrumentos que pode empregar, se aliando a diferentes grupos ou contrapondo-se a eles. A regulamentação do uso e ocupação do solo, a decisão das localizações de investimentos públicos em redes de infraestrutura e habitação são formas de controle. Nesse jogo pode se coadunar ao mercado. No mercado os proprietários de terra almejam maiores lucros e os promotores imobiliários atuam de modo desigual, muitas vezes criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista (CORRÊA, 1999). Essa complexa relação de dominação é destacada por Lefebvre, que a identifica como perfeita para uma “exploração apurada das pessoas — dos corpos — ao mesmo tempo como produtores, como consumidores de produtos, como consumidores de espaço” (2001, p. 33).

Lefebvre entende que a cidade foi um “espaço ocupado ao mesmo tempo pelo trabalho produtivo, pelas obras e pelas festas” (2001, p. 128). Para esse autor, os pobres da cidade, ao serem afastados para as periferias aos poucos perdem o sentido da obra e já não se apropriam “do tempo, do espaço, do corpo, do desejo. A consciência social deixa pouco a pouco de referir à produção e centra-se no consumo” (2001, p. 24-25).

Porém, há momentos em que a potência coletiva faz a frente, as comunidades resistem,

contam suas histórias, suas memórias, mesmo que seja no *boca a boca*. As histórias silenciadas passam a ter voz e contam da ocupação, da luta por direitos, conformando e definindo territórios e lugares. É na periferia, nas margens, nas favelas, nas ocupações *irregulares* que essa exploração se manifesta espacialmente. É lá que vão morar os grupos sociais excluídos, produzindo o seu próprio espaço. Nesses territórios essa produção é uma forma de sobreviver às adversidades impostas, é resistência. Trata-se de apropriação de fato. “Resistência e sobrevivência que se traduzem na apropriação de terrenos usualmente inadequados para outros agentes da produção do espaço urbano, encostas íngremes e áreas alagadiças” (CORRÊA, 1999, p. 30).

Para Jacques as periferias são espaços em “constante movimento exatamente por serem seus usuários/habitantes os verdadeiros responsáveis por sua construção coletiva” (2010, p. 112). Para a autora, o espaço em movimento não está ligado apenas ao próprio espaço físico, está ligado sobretudo ao:

[...] movimento do percurso, à experiência de percorrê-lo, é diretamente ligado a seus atores, que são tanto aqueles que percorrem esses espaços opacos no cotidiano quanto aqueles que os constroem e os transformam cotidianamente (JACQUES, 2010, p. 112).

Santos (1994; 2009) é quem primeiro explora o conceito de espaços opacos: aqueles que, por necessidade, são mais criativos, aproximativos e têm relação com as áreas mais populares da cidade. Contrapondo-os aos espaços luminosos: sagrados, exatos, midiáticos e que estão a serviço do mercado e do consumo. Cabe ressaltar que esse movimento, esses fluxos, permite que os corpos dos espaços opacos se infiltrem nos espaços luminosos — que ao se pautar pela regulamentação e por redes de racionalidade que invadem todos os arcanos da vida, se tornam, ao eliminar ou empobrecer as perspectivas de futuro, espaços opacos — através de uma série de atores: vendedores ambulantes, moradores de rua, catadores de resíduos, prostitutas, etc. [...] que são os primeiros alvos da assepsia promovida pela maioria dos projetos urbanos ditos revitalizadores (JACQUES, 2010; SANTOS, 1994). Incluem-se também nesses projetos os próprios construtores, quase sempre oriundos dos espaços opacos, produtores da cidade, mas que dificilmente poderão usufruir do produto desse seu trabalho. Os corpos lentos — nas palavras de De Certeau “os praticantes ordinários da cidade” — são os caminhantes cujo “corpo obedece aos cheios e vazios de um texto urbano que escrevem sem poder lê-lo” (1996, p. 171).

A realidade pode ser lida de fora ou de dentro. De fora, nos permite estabelecer paralelos, relações que facilitam o entendimento do que acontece dentro, já que não fazemos parte desse universo, somos agentes externos pretendendo agir no espaço interno. Nesse percurso de entender o que está fora, se percebe que a potência coletiva conquistada pela pressão, pela resistência. O coletivo cuida, acalenta, alimenta o desejo de mudança e dá esperança.

É preciso olhar também o que acontece dentro. Olhar o que as pessoas das comunidades mais vulnerabilizadas estão passando e repensar o território onde estão. Há organização para atender as necessidades mais imediatas, mas também para denunciar as condições de vida das pessoas de vilas, favelas e comunidades. Para além do entendimento de que esses territórios são excluídos das decisões urbanas, há um movimento cotidiano que faz funcionar, que transforma. A partir do protagonismo de trajetórias de vida, moradores tornam-se coautores da mudança, na escala microlocal, mas quase que invisivelmente, também na cidade. O produtor, o construtor da cidade não a usufrui, torna-se antes, um produto como aquilo que edifica. Produto porque participa da obra da cidade, mas não tem direito a ela. O direito lhe é negado porque seu corpo se cansa das horas de trabalho e dos deslocamentos. Seu dinheiro se

consome com a moradia, a alimentação, o transporte, a saúde e a educação dos filhos. Não lhe sobra tempo e não há espaço no seu território para o lazer, para a arte, para a cultura, mas os corpos existem, sobrevivem e resistem.

Jacques assinala que os urbanistas indicam usos para espaços projetados, mas são esses praticantes ordinários que atualizam os projetos urbanos, o próprio urbanismo, através da prática: “são as experiências corporais que reinventam esses espaços urbanos no cotidiano [...] lhes dão outro ‘corpo’ pela simples ação de praticá-los” (2010, p. 113). A autora acrescenta que corpo e cidade se configuram mutuamente e que essa relação poderia ser a base de uma prática de um urbanismo mais incorporado, através de micro-resistências urbanas, a exemplo do corpo como política ou da ação artística. Vale ressaltar que aqui a arte é tida como uma possibilidade questionadora de consensos estabelecidos, “uma potência explicitadora de tensões do e no espaço público, em particular diante da atual pacificação, despolitização e estetização consensual dos espaços públicos globalizados” (JACQUES, 2010, p. 116) tão propagado pelo mercado e incentivada pelo Estado.

Os conflitos urbanos são legítimos, necessários e precisam de zonas de tensão para se manifestarem. Desde que não se tornem hegemônicas, garantirão uma tensão permanente no espaço público, condição necessária para que a cidade seja menos *espetáculo* e mais resistência, menos valor de troca e mais valor de uso, menos produto e mais obra, mais vida cotidiana. As relações entre “corpo e cidade, entre corpo humano e corpo urbano, e, entre corpo da arte e corpo político são determinantes para a explicitação ou criação de tensões no espaço público” (JACQUES, 2010, p. 117).

Como resalta Jacques, arte e política produzem ficções, novas relações, tensões — “outras formas de reconfiguração da nossa experiência sensível” (2010, p. 116). A profissão de arquiteta(o) e urbanista está como algo entre técnica e arte, mas é sempre política. O desafio da produção arquitetônica está em ser uma arte coletiva ao mesmo tempo em que tem uma dimensão utilitária e, nesse processo, o profissional precisa entender que “o seu desenho uma pessoa vai construir” (USINA, 2016, np). O material escolhido, a técnica construtiva, os modos de produção empregados é trabalho na e sobre a terra, o que vai agregar valor a ela. Nesse ato de decisão do profissional há política. Os processos de trabalho coletivo na produção da cidade, contrapõem-se à hegemonia, desviam da conduta esperada. A ação cooperada, com vontade própria e sem subordinação ao mercado influencia no cotidiano dos produtores e produtos (USINA, 2016, np).

Retomando Lefebvre, esse seria um momento em que os pobres passam a se apropriar da cidade:

[...] a apropriação exige revolução econômica, política, mas também revolução cultural permanente para realização de uma sociedade urbana [...] só a sociedade urbana pode renovar o sentido da atividade produtora e criadora ao destruir a ideologia do consumo e produzir um novo humanismo, do homem urbano — para o qual e pelo qual a cidade e sua própria vida cotidiana na cidade se tornam obra, apropriação, valor de uso, servindo-se de todos os meios da ciência, da arte, da técnica, do domínio sobre a natureza material (2001, p. 140).

Nesse processo de entender a nossa cidade, as histórias dos muitos outros (RIBEIRO, 2010) podem abrir os olhos, a mente e o coração de arquitetas(os) e urbanistas para colaborar nesse processo de apropriação da cidade. A nossa função é social, por natureza, mas as comunidades têm a voz em primeiro plano, nosso papel é dar luz

e colocá-la em evidência. Essa atuação, a partir de novos olhares, novos percursos, novos movimentos que se distanciam do mercado e do Estado como regulador pode colaborar na criação de zonas de tensão entre a cidade opaca e a luminosa. Espaços onde os corpos lentos produzem, mas também festejam.

Prática profissional: fixos e fluxos para os diferentes corpos

Se um outro olhar para a realidade das comunidades é possível, um olhar que nos aproxima dos corpos, das gentes, seria a chave para uma outra prática de urbanismo, um urbanismo que busque romper com a lógica atual que espetaculariza e homogeneiza o espaço urbano.

Os atuais projetos urbanos contemporâneos são realizados no mundo inteiro segundo uma mesma estratégia: homogeneizadora, espetacular e consensual. Estes projetos buscam transformar os espaços públicos em cenários, espaços desencarnados, fachadas sem corpo: pura imagem publicitária (JACQUES, 2010, p. 108).

Apacifiação dos espaços públicos acaba por gerar o empobrecimento das experiências corporais e tenta ocultar ou eliminar a vitalidade das comunidades populares. Negar o conflito é negar a possibilidade de dissenso, de discordar, de tensionar, ou seja, é excluir a essência primeira do espaço público e da política (JACQUES, 2010). Por isso, a importância de uma leitura diversa, complexa e, por vezes, contraditória da realidade vivida, principalmente a dos corpos lentos, se faz necessária e pertinente. O espaço público diverso permitiria revelar os diferentes corpos que constituem a cidade. Entender e ler os corpos, eles próprios como territórios é, de alguma forma, afirmar suas complexidades e não deixar esquecer suas subjetividades. Através do conflito e da tensão entre as diferentes formas de cidade é que se constitui o caminho da coexistência dos muitos outros (PORTELA, 2007). Lembrando que o corpo é, também ele, político (HAESBAERT, 2020; JACQUES, 2010).

O urbanismo espetacular torna o espaço urbano sagrado, não permitindo imperfeições, escondendo e rejeitando aquilo que considera *inadequado, sujo, indigno* (JACQUES, 2010). É de se pensar também que — em uma sociedade capitalista — espaços luminosos dependem de espaços opacos para existir. Resistir a esse processo que nega e exclui exige o tensionamento, este inerente à relação interdependente entre resistência e espetáculo “[...] a possibilidade de se opor um mundo sensível a um outro.” (JACQUES, 2010 p. 108). Tensionar é escancarar, *sujar* com a verdade complexa a mentira pacificante de um espaço sacro. É a prostituta na esquina, o ambulante na calçada, o morador de rua, o malabarista, o cortejo popular, o artista de rua. É o uso que desvia da prática planejada para os espaços, conforme evidenciam as figuras 1 e 2. É também, voltando a Lefebvre, o direito à obra — à atividade participante — não somente aquela atividade *executante*, e, o direito à apropriação — bem distinto do direito à propriedade. Ressaltando aqui, a apropriação do tempo, do espaço, do corpo, do desejo, da possibilidade de usufruir não só da obra, mas também da festa, implicados no direito pleno à cidade (LEFEBVRE, 2001, p. 134).

Sendo arquitetas(os) e urbanistas pensadores e planejadores dos espaços, é responsabilidade desses entender a complexidade da vivência dos diferentes corpos na cidade. Para, dessa forma, atuar na garantia do direito pleno à cidade e no resgate do sentido do espaço público — o lugar do encontro, do conflito, da diferença, da política.



Figura 1 - Manifestação artística em muro privado. Fonte: Luiza Signori, 2018.



Figura 2 - Manifestação artística em espaço público. Fonte: Fernanda Rieta, 2021.

Nós, urbanistas, precisamos aprender a trabalhar com os conflitos e a manter essas tensões no espaço público, aprender a melhor agenciá-los, atualizá-los e incorporá-los nas teorias e práticas urbanísticas (JACQUES, 2010, p. 117).

Tensionar é manter o uso profanatário dos espaços. É no uso do corpo que se tira do lugar do sagrado e se devolve ao lugar do comum, o espaço urbano. Uso esse que desvia do esperado, e torna o sujeito visível — mesmo na mesoescala. Pois, como



fala Souza, para cada *ordem* sócio-espacial, em diferentes escalas e intensidades, aparecerá, ao menos em uma sociedade injusta e heterônoma — como a que vivemos —, um contraprojeto (ou diversos contraprojetos concorrentes) que virá propor, de maneira explícita ou implícita, novas estruturas sócio-espaciais, “para agasalhar novas relações sociais” (2016, p. 38).

Nesse sentido, também podemos mencionar que *ordem* e *desordem* são ideias com fortes cargas subjetivas. Para os que ordenam, ou aqueles que assimilam seu discurso, a *ordem* sócio-espacial hegemônica é a boa *ordem*, por outro lado a *desordem*, mesmo que pautada por reivindicações legítimas e justas, por desafiar o que está posto tende a ser vista como problemática ou, até mesmo patológica. Porém, ao profanar o planejamento do Estado — fortemente ordenador —, os movimentos sociais emancipatórios, em especial os pautados pela autonomia e pela autogestão como princípios norteadores de suas lutas, desafiam a ideia de *ordem* hegemônica, mostrando na prática que “da aparente *desordem* pode, precisamente, surgir uma nova *ordem* (ou novas *ordens*), menos injusta, desigual e assimétrica” (SOUZA, 2016, p. 39).

Por muito tempo o substrato espacial material, como faceta do espaço social, foi equiparado a um *produto da transformação da natureza pelo trabalho*. A partir do que fora pensado até aqui e utilizando as palavras de Souza (2017, p. 37) fica a pergunta: “porque somente pelo trabalho?” A *produção* em sentido amplo e também a *produção do espaço* (LEFEBVRE, 1986), ao ser reduzida ao sentido *puramente* econômico, ou sendo entendida como processo que se limita a uma produção no sentido econômico-material perde de vista que o imaginário também produz espacialidade ao gerar e agasalhar, a partir de significações subjetivas sociais, concepções, imagens e ressignificações espaciais (SOUZA, 2017, p. 39). Portanto, o espaço social deve ser sintetizado a partir dos sentidos de quem o habita, para que a partir do uso profano, do dissensual, da *desordem* e da festa, possa-se criar uma nova urbanidade, uma cidade outra.

Uso profano esse que pode ser percebido na cidade de Caxias do Sul – RS, em sua praça central. Apesar das iniciativas do poder público em *revitalizar* esse espaço

Figura 3 - Manifestação cultural de maracatu. Fonte: Luiz Erbes, 2019.



público, ele permanece sendo palco de manifestações políticas e artísticas como ilustram as figuras 3 e 4. Ainda se configura como uma zona de tensão, onde diferentes corpos-território se cruzam, se enfrentam ou interagem.

Nesse sentido, observar as micro-resistências espaciais, que subvertem a lógica dos tempos do capital e reivindicam um lugar seu nas cidades, nos ajuda perceber algumas problemáticas dos projetos urbanísticos atuais, que através da padronização e da homogeneização, negam as subjetividades e construções simbólico-culturais dos muitos outros que experienciam, formam e transformam o espaço social urbano. Antes privilégio dos grandes centros, esses projetos chegam também nas pequenas cidades e comunidades, subvertendo a lógica de apropriação dos lugares e da sociabilidade. Nos parece que essas micro-resistências, expostas nas pequenas comunidades, vulnerabilizadas ou não, ou nas manifestações artísticas e reivindicatórias nos centros e espaços *menores*, expressam o dissenso, aquilo que falta nas cidades, independente do seu porte. Podemos entender que as relações sociais, e aqui as tensões sociais, que se desenvolvem no espaço precisam ser observadas em diálogo com as pessoas que habitam os lugares, ou estaremos fadados a fazer análises deslocadas dos lugares e, conseqüentemente, do espaço.

Lefebvre destaca que por vezes os problemas são fáceis de serem resolvidos e a solução pode estar bem perto. Tão perto que as pessoas não as enxergam (2001, p. 140). Quem sabe aliando a mudança do olhar e da sensibilidade de arquitetas(os) e urbanistas ao protagonismo das comunidades, não seja uma dessas soluções bem próximas, possíveis e em direção a uma mudança para cidades que caminhem ao direito à obra e à festa. Nesse caminho, arquitetas(os) e urbanistas, precisam também se apropriar das muitas cidades dentro de uma só. Participarem, eles mesmos, não só da concepção e da construção, mas da apropriação, da obra e da festa.

Figura 4 - Manifestação pela vacinação de 29 de maio. Fonte: União Brasileira de Mulheres, 2021.

Referências

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. Série Princípios. 4ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1999.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1996.
HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *GEOgraphia*, Niterói, vol. 22, n. 48, p. 75-90, 2020.

JACQUES, Paola Berenstein. Zonas de tensão: em busca de micro-resistências urbanas. In: JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra (Org.). *CORPOCIDADE: debates, ações e articulações*. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2010.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 1ª Ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1986 (1974).

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. *Percepção e representação gráfica: a geograficidade nos mapas mentais dos comandantes de embarcações no Amazonas*. Manaus: Edua, 2014.

PORTELA, Thais de Bhathumchinda. *O urbanismo e o candomblé: sobre cultura e produção do espaço público contemporâneo*. 319 f. 2007. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: B.S. Santos e M. Meneses (eds.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, Ana Clara. Dança de sentidos: na busca de alguns gestos. In: JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra (Org.). *CORPOCIDADE: debates, ações e articulações*. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Por uma geografia libertária*. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: A “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. *Cidades*, vol. 4, nº 6, pp. 101 - 114, 2007.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. EdUSP, São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo*. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

USINA CTAH. *Arquitetura como prática política*. Documentário, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HgrnvEhKFSw>. Acesso em: 12 mar. 2021.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.